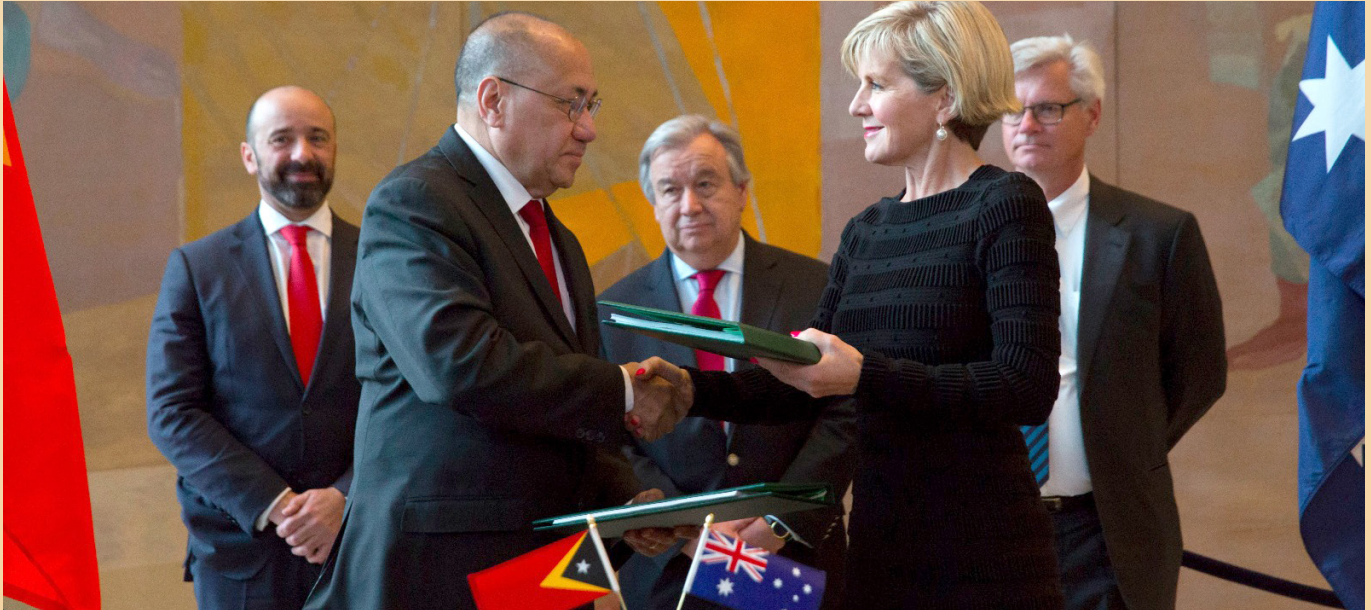


# Tratado sobre Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e a Austrália



A 6 de março de 2018, Timor-Leste e a Austrália assinaram um Tratado histórico sobre Fronteiras Marítimas na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. O Tratado sobre Fronteiras Marítimas estabelece, pela primeira vez, fronteiras marítimas definitivas entre Timor-Leste e a Austrália no Mar de Timor. A assinatura do Tratado conclui o processo de conciliação obrigatória sob a égide da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, iniciado por Timor-Leste, em abril de 2016. O Tratado estabelece fronteiras marítimas definitivas no Mar de Timor com base no direito

internacional, pondo fim a uma longa disputa entre Timor-Leste e a Austrália relativamente às fronteiras marítimas. Ao reconhecer os direitos de Timor-Leste sobre os seus mares, o Tratado constitui um passo muito importante para o povo timorense na sua luta por soberania e independência plenas.

*O Representante de Timor-Leste na Conciliação, o Ministro Agio Pereira, assina o Tratado das Fronteiras Marítimas com a Ministra dos Negócios Estrangeiros Julie Bishop, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 6 de março de 2018.*

## O que engloba o Tratado sobre Fronteiras Marítimas?

O Tratado sobre Fronteiras Marítimas assegura uma linha mediana no Mar de Timor, apenas com um ligeiro ajuste, para se obter um resultado equitativo, tal como exigido pelo direito internacional. A maior parte da linha mediana é "abrangente", no sentido de que incorpora tanto a "plataforma continental" (o que inclui os direitos de exploração dos recursos no fundo marinho, como sejam o petróleo) como a "zona económica exclusiva" (o que inclui os direitos de exploração dos recursos na coluna de água, como sejam a pesca).

No âmbito do acordo, os recursos do *Greater Sunrise* são partilhados entre Timor-Leste e a Austrália. A maior parte dos recursos do *Greater Sunrise* está localizada na área marítima de Timor-Leste, pelo que a maior parte das receitas virá também para Timor-Leste.

As fronteiras marítimas acordadas colocam todos os campos de recursos da antiga Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP) dentro da plataforma continental de Timor-Leste. Isto significa que, ao contrário do que sucedia nos anteriores acordos de partilha de receitas, futuramente, todas as receitas provenientes dos campos de *Bayu-Undan* e *Kitan* serão transferidas para Timor-Leste. A oeste, a fronteira acordada do fundo marinho vai também mais para oeste do que na anterior ACDP, o que faz com que o campo petrolífero *Buffalo* passe da Austrália para Timor-Leste.

O acordo sobre fronteiras marítimas é global e definitivo, todavia parte da fronteira do fundo marinho é provisória e está sujeita a ajustes automáticos, mediante determinadas circunstâncias. As fronteiras provisórias do fundo marinho a nordeste e a oeste podem estender-se para fora, de modo a atingir os pontos trilaterais acordados nas negociações futuras com a Indonésia. Isto significa que, dependendo dos resultados das negociações com a Indonésia, a área marítima de Timor-Leste poderá alargar-se ainda mais.



Fronteiras marítimas entre Timor-Leste e a Austrália no Mar de Timor, tal como acordadas no novo Tratado.

## Como se chegou a este acordo?

Em abril de 2016, o Governo de Timor-Leste iniciou um processo de conciliação obrigatória sob a égide da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Timor-Leste iniciou este processo para poder resolver, finalmente, o prolongado diferendo que mantinha com a Austrália, chamando a Austrália para a mesa das negociações para que Timor-Leste pudesse garantir os seus direitos soberanos e assegurar fronteiras marítimas definitivas no Mar de Timor. Timor-Leste foi o primeiro país no mundo a utilizar este mecanismo previsto na Convenção.

A conciliação obrigatória é um procedimento não vinculativo, no qual um painel de conciliadores peritos assiste os Estados na resolução das suas disputas, de forma amigável.

O procedimento pode ser utilizado em circunstâncias em que vizinhos marítimos não tenham chegado a acordo e em que um dos Estados tenha emitido uma declaração, excluindo a resolução vinculativa de disputas ao abrigo da Convenção sobre fronteiras marítimas.

A conciliação foi conduzida por um painel de cinco conciliadores independentes, conhecido como Comissão de Conciliação. O papel da Comissão consistiu em entender os factos e a posição jurídica de cada Estado e em fazer propostas com vista a resolver as questões em disputa. O Tribunal Permanente de Arbitragem teve um papel importante de apoio, como Registo dos procedimentos.

O acordo entre Timor-Leste e a Austrália representa um marco histórico para a ordem jurídica internacional e um modelo para a resolução pacífica de disputas marítimas complexas em qualquer parte do mundo.

Sob a orientação da Comissão de Conciliação da ONU, Timor-Leste e a Austrália conseguiram traçar, com sucesso, as suas fronteiras marítimas definitivas em pouco mais de um ano. Por norma, as disputas marítimas desta natureza demoram muitos anos a resolver, se não mesmo décadas.



*A Comissão de Conciliação com ambas as Partes em Haia, a 13 de outubro de 2017.*

## O que significa o Tratado para Timor-Leste?

Estabelecer fronteiras marítimas definitivas é uma questão de prioridade nacional para Timor-Leste, já que significa o último passo para a obtenção plena dos direitos soberanos para o país recém-independente.

Os mares que rodeiam a ilha de Timor-Leste alimentam o seu povo e são uma parte integrante da cultura, subsistência e modo de vida dos timorenses.

As fronteiras marítimas definitivas irão garantir a área marítima e os direitos soberanos exclusivos que a comunidade internacional reconhece como sendo pertencentes a Timor-Leste. Este passo permitirá a Timor-Leste assegurar a sua soberania política e económica.

A resolução das fronteiras marítimas entre Timor-Leste e a Austrália, após muitos anos de disputa, representa, igualmente, uma nova etapa no relacionamento bilateral entre ambos os países. Para além de servir os interesses de cada nação, a resolução da questão das fronteiras permitirá reforçar a amizade e a solidariedade que unem Timor-Leste e a Austrália.

Assegurar fronteiras marítimas definitivas trará certeza para os setores da imigração, segurança, turismo, pescas e recursos de

Timor-Leste, atrairá investimento e benefícios económicos e contribuirá para o desenvolvimento e prosperidade desta nação jovem e emergente. Mais importante ainda, assegurar os direitos marítimos de Timor-Leste, segundo o direito internacional, faz parte da longa luta do povo timorense pela independência e permitir-lhe-á desfrutar, finalmente, com paz e dignidade, dos mares ricos e belos que lhe pertencem.



*"O futuro das gerações vindouras seria muito diferente se não tivessem acesso aos nossos mares." – Diretora Executiva do GFM, Elizabeth Exposto, na audiência pública em Haia, a 29 de agosto de 2016.*

## Marcos no processo de conciliação

**Contestação da jurisdição por parte da Austrália:** A primeira audiência processual da conciliação teve lugar no Palácio da Paz, em Haia, a 28 de julho de 2016. A Austrália contestou a competência (ou jurisdição) da Comissão para avançar com a conciliação. Porém, a 19 de setembro de 2016, a Comissão decidiu, por unanimidade, possuir de facto competência para ouvir a disputa.

**Audiência pública:** Ainda que os procedimentos da Comissão fossem em grande maioria confidenciais, a Comissão realizou uma audiência pública, muito importante, a 29 de agosto de 2016. Nesta audiência, Timor-Leste e a Austrália apresentaram as suas posições publicamente, no Palácio da Paz, em Haia, com os procedimentos a serem transmitidos em direto, através do portal eletrónico do Tribunal Permanente de Arbitragem.

**Denúncia do CMATS:** Após estabelecer a sua competência, a Comissão manteve diversas reuniões confidenciais com as Partes, para entender as suas posições. No curso destas reuniões, os Governos de Timor-Leste e da Austrália chegaram a acordo sobre um pacote integrado de medidas de criação de confiança, para abrir caminho ao início das negociações sobre fronteiras marítimas. Como parte deste pacote, Timor-Leste informou a Austrália da sua intenção de terminar o Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS) de 2006, um acordo provisório de partilha de recursos. Ao fazê-lo, Timor-Leste exerceu o seu direito de terminar, previsto nos termos do tratado. O tratado deixou de estar em vigor a 10 de abril de 2017. Este evento assumiu grande importância para Timor-Leste, uma vez que removeu a provisão de moratória do CMATS, que procurava impedir a marcação de fronteiras marítimas definitivas com a Austrália por um período de 50 anos. O cancelamento do CMATS abriu caminho a negociações, para estabelecer um regime mais justo para o desenvolvimento do Greater Sunrise.

**Desistência de outros processos jurídicos:** Como parte do pacote integrado de medidas acordadas para abrir caminho às negociações sobre fronteiras marítimas, Timor-Leste concordou em desistir de dois processos de arbitragem contra a Austrália, relacionados com jurisdição tributária e alegada espionagem durante a negociação do tratado CMATS. Estes processos foram retirados formalmente a 20 de janeiro de 2017.

**Negociações sobre fronteiras marítimas:** Em dezembro de 2016, Timor-Leste e a Austrália assumiram o compromisso histórico de negociar fronteiras marítimas definitivas sob os auspícios da Comissão de Conciliação. A equipa de negociações de Timor-Leste foi chefiada por S. Exa. Kay Rala Xanana Gusmão, o pai da nação, líder da luta do povo timorense pela independência, primeiro Presidente da República eleito e antigo Primeiro-Ministro de Timor-Leste. A Comissão convocou a primeira reunião em janeiro de 2017, com a finalidade de explorar as posições de ambos os países sobre o local onde a fronteira marítima no Mar de Timor deve estar situada.

**Acordo de Copenhaga a 30 de agosto:** A 30 de agosto de 2017, durante reuniões de conciliação em Copenhaga, Timor-Leste e a Austrália chegaram a um acordo histórico de princípio. Esta data tem uma importância histórica para Timor-Leste, uma vez que assinala o 18.º aniversário do referendo que conduziu à independência de Timor-Leste. Para além de delimitar fronteiras marítimas definitivas, o acordo de Copenhaga abordou a situação legal do campo de gás do *Greater Sunrise*, a criação de um Regime Especial para o desenvolvimento do *Greater Sunrise*, um caminho para o desenvolvimento do recurso e provisões sobre a partilha das receitas resultantes.

**Finalização do Tratado:** Timor-Leste e a Austrália continuaram a negociar durante os meses de setembro e outubro, com vista à redação das provisões do novo Tratado, que refletiria o Acordo assinado em Copenhaga, a 30 de agosto. A 13 de outubro de 2017, os Representantes de ambas as Partes rubricaram o texto final do Tratado, em Haia.

**Negociações sobre o conceito de desenvolvimento:** Paralelamente às negociações sobre o Tratado, Timor-Leste e a Austrália começaram a dialogar com as empresas internacionais da *Joint Venture* do *Greater Sunrise*, a respeito do desenvolvimento do *Greater Sunrise*. Entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018, houve seis rondas de negociações trilaterais. As conversações estão ainda a decorrer.



*"Assegurar os nossos direitos marítimos representará o fim da longa luta de Timor-Leste pela sua soberania." – Chefe da Equipa de Negociações, Kay Rala Xanana Gusmão, na audiência pública de 29 de agosto de 2016.*

*Da esquerda para a direita: Chefe da Equipa de Negociações de Timor-Leste, Kay Rala Xanana Gusmão; Representante da Austrália, John Reid; Presidente da Comissão de Conciliação, Peter Taksoe-Jensen; Representante de Timor-Leste, Ministro Agio Pereira; e Chefe da Delegação Australiana, Gary Quinlan, no Palácio da Paz em Haia, a 13 de outubro de 2017.*



## O que acontecerá de seguida?

A Comissão de Conciliação irá produzir um relatório final sobre os resultados do processo de conciliação, o qual será enviado ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Prevê-se que este relatório seja tornado público em abril de 2018.

O Tratado representa uma solução global e final para as questões relativas a fronteiras marítimas entre Timor-Leste e a Austrália. O Tratado incorpora um mecanismo para o processo de aprovação para o desenvolvimento do *Greater Sunrise*. As discussões estão em curso.



*Muitos timorenses dependem dos mares para os seus modos de vida e subsistência.*

**FRONTEIRAS  
MARÍTIMAS DE  
TIMOR-LESTE**  
MARCO 2018

Para mais informações contactar:

**Gabinete das Fronteiras Marítimas**

Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas

Governo da República Democrática de Timor-Leste

info@gfm.tl

+670 7742 5544



**Gabinete  
das Fronteiras  
Marítimas**